



# DIÁRIO DA REPÚBLICA

## ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA

Preço deste número - Kz: 220,00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional - E.P., em Luanda, Rua Henrique de Carvalho n.º 2, Cidade Alta, Caixa Postal 1306, www.impresanacional.gov.ao - End. teleg.: «Imprensa».	ASSINATURA		O preço de cada linha publicada nos Diários
			da República 1.ª e 2.ª série é de Kz: 75.00 e para
	As três séries	.. .. . Kz: 611 799.50	a 3.ª série Kz: 95.00, acrescido do respectivo
	A 1.ª série	.. .. . Kz: 361 270.00	imposto do selo, dependendo a publicação da
	A 2.ª série	.. .. . Kz: 189 150.00	3.ª série de depósito prévio a efectuar na tesouraria
	A 3.ª série	.. .. . Kz: 150 111.00	da Imprensa Nacional - E. P.

### SUMÁRIO

### MINISTÉRIO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL

#### Ministério da Comunicação Social

**Decreto Executivo n.º 695/15:**

Aprova o Regulamento Interno do Gabinete Jurídico. — Revoga o Decreto Executivo n.º 69/07, de 22 de Junho.

**Decreto Executivo n.º 696/15:**

Aprova o Regulamento Interno da Direcção de Comunicação Institucional. — Revoga o Decreto executivo n.º 76/07, de 2 de Julho.

**Decreto Executivo n.º 697/15:**

Aprova o Regulamento Interno da Secretaria Geral. — Revoga o Decreto Executivo n.º 71/07, de 22 de Junho.

**Decreto Executivo n.º 698/15:**

Aprova o Regulamento Interno do Gabinete de Inspeção. — Revoga o Decreto Executivo n.º 75/07, de 2 de Julho.

**Decreto Executivo n.º 699/15:**

Aprova o Regulamento Interno do Gabinete de Intercâmbio. — Revoga o Decreto Executivo n.º 80/07, de 2 de Julho.

**Decreto Executivo n.º 700/15:**

Aprova o Regulamento Interno do Gabinete de Recursos Humanos.

**Decreto Executivo n.º 701/15:**

Aprova o Regulamento Interno da Direcção de Desenvolvimento de Imprensa. — Revoga o Decreto Executivo n.º 77/07, de 2 de Julho.

**Decreto Executivo n.º 702/15:**

Aprova o Regulamento Interno da Direcção Nacional de Informação. — Revoga o Decreto Executivo n.º 78/07, de 2 de Julho.

#### Banco Nacional de Angola

**Aviso n.º 12/15:**

Determina que as instituições financeiras bancárias e as casas de câmbio podem vender a pessoas singulares residentes cambiais maiores de 18 anos nas suas agências em Santa Clara, na Província do Cunene, os Dólares Namibianos (NAD) adquiridos ao Banco Nacional de Angola, à taxa de câmbio definida diariamente pelo mesmo. — Revoga o Aviso n.º 10/15, de 16 de Junho, e o Instrutivo n.º 11/15, de 18 de Junho.

**Decreto Executivo n.º 695/15**

de 28 de Dezembro

Havendo necessidade de se adequar o Regulamento Interno do Gabinete Jurídico ao novo Estatuto Orgânico do Ministério da Comunicação Social;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com os artigos 5.º e 25.º, ambos do Estatuto Orgânico aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 102/14, de 12 de Maio, determino:

**ARTIGO 1.º****(Aprovação)**

É aprovado o Regulamento Interno do Gabinete de Jurídico, anexo ao presente Diploma do qual é parte integrante.

**ARTIGO 2.º****(Revogação)**

É revogado o Decreto Executivo n.º 69/07, de 22 de Junho.

**ARTIGO 3.º****(Dúvidas e omissões)**

As dúvidas e omissões resultantes da aplicação do presente Decreto Executivo são resolvidas pelo Ministro da Comunicação Social.

**ARTIGO 4.º****(Entrada em vigor)**

Este Diploma entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, a 1 de Dezembro de 2015.

O Ministro, *José Luís de Matos Agostinho*.

## REGULAMENTO INTERNO DO GABINETE JURÍDICO

### CAPÍTULO I Definição e atribuições

#### ARTIGO 1.º (Definição)

O Gabinete Jurídico é o serviço de apoio técnico ao qual cabe superintender e realizar toda a actividade de assessoria e de estudos em matéria jurídica.

#### ARTIGO 2.º (Atribuições)

O Gabinete Jurídico tem as seguintes atribuições:

- a) Emitir pareceres, prestar informações e proceder a estudos jurídicos sobre quaisquer assuntos que sejam submetidos à sua apreciação pelo Ministério;
- b) Estudar e dar forma jurídica aos diplomas legais e demais documentos de natureza jurídica;
- c) Investigar e proceder a estudos de direito comparado tendo em vista a elaboração ou aperfeiçoamento da legislação inerente ao domínio da comunicação social;
- d) Assessorar os órgãos e demais serviços em questões de natureza jurídica relacionadas com a actividade do Ministério, dos órgãos tutelados, sob superintendência e dependentes;
- e) Coligir, controlar e manter actualizada toda documentação da especialidade necessária ao funcionamento do Ministério e velar pela sua correcta aplicação;
- f) Representar o Ministério nos actos jurídicos para os quais seja mandatado;
- g) Velar, em colaboração especial com o Gabinete de Inspecção, pelo cumprimento das leis e demais normas que disciplinam a actividade do Ministério;
- h) Desempenhar as demais funções que lhe sejam cometidas por lei ou por determinação superior.

### CAPÍTULO II Da Organização

#### ARTIGO 3.º (Estrutura interna)

1. O Gabinete Jurídico tem a seguinte estrutura interna:
  - a) Director;
  - b) Técnicos;
2. O Gabinete Jurídico é dirigido por um Director, equiparado a um Director Nacional.

#### ARTIGO 4.º (Competências do Director)

1. Ao Director do Gabinete Jurídico compete:
  - a) Coordenar e supervisionar a actividade de natureza jurídica desenvolvida pelo Ministério;
  - b) Planificar e dirigir as actividades do Gabinete e zelar pelo seu bom funcionamento;
  - c) Propor medidas e normas adequadas à boa execução das tarefas;

- d) Propor a admissão, promoção e transferência dos funcionários e agentes administrativos afectos ao Gabinete em estreita colaboração com o Gabinete dos Recursos Humanos;
- e) Avaliar o desempenho dos seus inferiores hierárquicos;
- f) Assegurar a disciplina e assiduidade dos funcionários e agentes administrativos seus subordinados;
- g) Apresentar os relatórios de actividades;
- h) Realizar outras tarefas que lhe forem superiormente cometidas.

2. Nas ausências ou impedimentos, o Director do Gabinete Jurídico é substituído por um director de qualquer área do Ministério, a indicar.

### CAPÍTULO III Disposições Finais

#### ARTIGO 5.º (Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões suscitadas de aplicação deste Regulamento são resolvidas pelo Ministro da Comunicação Social.

Luanda, a 1 de Dezembro de 2015.

O Ministro, *José Luís de Matos Agostinho*.

#### Decreto Executivo n.º 696/15 de 28 de Dezembro

Havendo necessidade de se adequar o Regulamento Interno da Direcção de Comunicação Institucional ao novo Estatuto Orgânico do Ministério da Comunicação Social;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com os artigos 5.º e 25.º, ambos do Estatuto Orgânico, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 102/14, de 12 de Maio, determino:

#### ARTIGO 1.º (Aprovação)

É aprovado o Regulamento Interno da Direcção de Comunicação Institucional, anexo ao presente Diploma do qual é parte integrante.

#### ARTIGO 2.º (Revogação)

É revogado o Decreto Executivo n.º 76/07, de 2 de Julho.

#### ARTIGO 3.º (Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões resultantes da aplicação do presente Decreto Executivo são resolvidas pelo Ministro da Comunicação Social.

#### ARTIGO 4.º (Entrada em vigor)

Este Diploma entra em vigor na data da sua publicação.  
Publique-se.

Luanda, a 1 de Dezembro de 2015.

O Ministro, *José Luís de Matos Agostinho*.